

CLIPPING

22/2019
28 de Junho de 2019

EDUCAÇÃO

- Abertas inscrições para o Fies do segundo semestre de 2019
- Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente
- USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores
- Cinco anos após aprovado, plano de Educação está longe de ser cumprido
- Acesso ao ensino promove senso crítico e crescimento econômico
- Anima contrata Reynaldo Gama, ex-Cubo Itaú, para liderar HSM



Abertas inscrições para o Fies do segundo semestre de 2019

A partir de hoje (25) estão abertas as inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do segundo semestre de 2019. As inscrições são feitas pela internet, no site do programa, até o dia 1º de julho. Nesta edição, serão ofertadas 46,6 mil vagas a juros zero.

O Fies concede financiamento a estudantes em cursos superiores de instituições privadas com avaliação positiva pelo Ministério da Educação.

Pode concorrer quem fez uma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com média igual ou superior a 450 pontos, e obtido nota maior que zero na redação.

Modalidades

O novo Fies tem modalidades de acordo com a renda familiar. A modalidade com juro zero é para os candidatos com renda mensal familiar per capita de até três salários-mínimos. O aluno começará a pagar as prestações respeitando o seu limite de renda.

A modalidade chamada de P-Fies é para candidatos com renda familiar per capita entre 3 e 5 salários-mínimos. Nesse caso, o financiamento é feito por condições definidas pelo agente financeiro operador de crédito que pode ser um banco privado ou Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do segundo semestre de 2019 para as modalidades Fies e P-Fies será divulgado no dia 9 de julho.

Fonte: Agência Brasil



Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente

Ministro da Educação defende fundo mais moderno e com mais recurso

O senador Flávio Arns (Rede/PR), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 65/2019, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), disse que há consenso entre parlamentares, dirigentes do Ministério da Educação, governadores, prefeitos e movimentos sociais pela manutenção e perenidade do fundo.

“Todos [os] que vieram aqui falam que o Fundeb deve se tornar permanente”, disse Arns à Agência Brasil, após participar da quinta audiência pública sobre o assunto ocorrida nesta quarta-feira (26) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Conforme Arns, após o consenso sobre a continuação do Fundeb, a discussão que se faz é sobre o aumento do aporte dos recursos do governo federal.

Arns defende repasse de R\$ 60 bilhões em recursos federais para o Fundeb, volume que deve ser atingido em dez anos.

Segundo o senador, o governo federal acrescenta atualmente cerca de R\$ 15 bilhões ao fundo, que é formado majoritariamente com tributos e repasses de arrecadação dos estados e municípios, responsáveis pela educação básica.

O parlamentar propõe que o valor seja dobrado a partir de 2021 e nos 10 anos seguintes cresça R\$ 3 bilhões ao ano.

De acordo com o relator da PEC, o aumento da verba federal poderá ser custeado com a recuperação de receitas hoje não obtidas com a isenção de impostos.

Flávio Arns calcula que só o fim da desoneração dos lucros no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) gere receita de R\$ 120 bilhões anuais.

Projeção da Receita Federal, descrita na legislação orçamentária deste ano, é de que as renúncias fiscais totalizem R\$ 306,3 bilhões.

“Não temos que pensar em recursos disponíveis, mas nos recursos necessários. Há tantas alternativas a serem buscadas”, disse o senador, que promete tratar do assunto com o presidente Jair Bolsonaro, com a equipe econômica e com o Ministério da Educação.

Ontem (25), na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a aprovação de um novo Fundeb. “O Brasil não pode correr o risco de ficar sem o Fundeb”, disse o ministro, conforme descrito na página oficial do MEC.

Weintraub “gostaria que o novo Fundeb já tivesse uma versão mais modernizada e com mais recurso dentro do que é possível diante da difícil situação fiscal que o país vive”, diz a nota. O MEC não apontou nenhum valor de investimento. O ministério calcula que o Fundeb é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica do país.

Fonte: Agência Brasil



USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores

Aluno poderá migrar para doutorado ao fim do 1º ano de mestrado, para evitar hiato entre uma etapa e outra; universidade diz que objetivo é diminuir burocracia e aumentar produção científica de grande impacto. Expectativa é iniciar mudança em 2020

A proposta foi encaminhada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC) principal financiadora da pós-graduação na USP. O Estado apurou que a análise está em fase avançada e a expectativa é de que o convênio para o novo formato seja assinado ainda no 2º semestre, para que comece a vigorar em 2020. Outras três universidades – Unicamp, Unesp e Unifesp – estudam aderir à proposta.

O novo sistema prevê que o aluno ingresse no mestrado e, ao fim do 1º ano, seja avaliado (com a apresentação de projeto ou pelo desempenho nas disciplinas) pelo orientador. Se há bom aproveitamento, ele já segue direto para o doutorado e teria mais quatro anos para concluí-lo. Assim, se exclui a necessidade de ter título de mestre antes de entrar no doutorado – formalmente já não há exigência do mestrado, mas, na prática, a maioria dos programas o coloca como pré-requisito.

“Demoramos muito para formar um doutor e, conseqüentemente, ter acesso à produção científica dele. São dois anos no mestrado, mais quatro no doutorado, sem contar o tempo que o pesquisador perde esperando prazo para as provas, financiamento.

Na USP, se demora, em média, dez anos para conseguir a titulação completa”, disse ao Estado o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Carlotti. Hoje, na maioria dos programas de pós ao fim do mestrado é preciso ser aprovado em um processo seletivo para ingressar no doutorado – hiato que leva, em média, de 3 a 4 anos.

Carlotti argumenta que o modelo trará mais estabilidade ao estudante, já que, se for selecionado para receber uma bolsa de financiamento, a garantirá até o fim da titulação. “Só metade dos pós-graduandos consegue bolsa. Às vezes, mesmo quem conseguiu o auxílio no mestrado, faz essa pausa antes do doutorado para juntar dinheiro, fazer uma reserva, porque não sabe se vai conseguir bolsa novamente.”

Como a Capes teria um ano a menos para financiar o pesquisador, a USP sugeriu que seja paga uma taxa de bancada (que serve para a compra de equipamentos, viagens e congressos que colaborem com a pesquisa) de R\$ 700 ao mês. “As bolsas têm um valor muito pequeno. Então, essa taxa seria um atrativo importante e pode nos ajudar a atrair os melhores talentos.” Hoje, a Capes paga R\$ 1,5 mil por mestrando e R\$ 2,2 mil por doutorando – o valor não é reajustado há seis anos.

Qualificação

Com a proposta, a USP quer concentrar recursos financeiros, equipamentos e professores para o doutorado. Hoje, a universidade forma 4 mil mestres por ano, mas só 1,5 mil ingressa no doutorado.





Segundo Carlotti, partiu da Capes o pedido para “Terminei a graduação e estava interessado na que a USP apresentasse uma proposta que pós, mas já era mais velho. Teria de fazer dois alterasse o modelo atual, criado em 1965. “O anos de mestrado e mais quatro de doutorado”, plano nacional de pós-graduação tem como meta afirma Muffo, que, formado em Administração, aumentar o impacto da produção científica e diz estava na segunda faculdade, de Astronomia. que um dos caminhos é incentivar o doutorado. “Para mim, a principal vantagem foi o tempo, mas Antes, quando não havia tantos programas de pós há quem pule a etapa porque há menos procura pelo País, era importante formarmos mestres por vagas de doutorado.” Mas, sem ter feito a para disseminar a ciência. Agora, a demanda é etapa anterior, o aluno precisa fazer número maior outra.” de disciplinas no doutorado - seis, em vez de

Se for aprovado pela Capes, o novo modelo terá quatro. O prazo para entrega da tese também é adesão voluntária dos programas da USP. maior, superior a cinco anos.

Segundo Carlotti, 50% dos coordenadores dos programas de pós já demonstraram interesse e Professor do Instituto de Física da USP e membro da equipe do Painel Intergovernamental sobre ele acredita chegar a mais de 90% nos próximos Mudanças Climáticas (IPCC) que venceu o Prêmio anos. Nobel da Paz de 2007, Paulo Artaxo diz que “pular”

Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), avalia que o novo “Originalmente, o mestrado era uma qualificação modelo pode beneficiar quem quer seguir a vida intermediária, em que o sujeito não precisava fazer acadêmica. “Hoje, muita gente se vê obrigada a um trabalho inovador. Era basicamente um fazer um mestrado para poder prestar concurso treinamento para o doutorado”, diz. “O ideal é ou ter uma promoção profissional. Quem quer realmente dar o passo principal, o doutorado direto fazer pesquisa pode ir direto para o doutorado.” depois da graduação, como em Harvard (EUA) ou Ela alerta, porém, que o mestrado não deve ser outros lugares desenvolvidos.”

Procura menor leva interessado a ‘pular’ etapa Para ele, a proposta também facilita a carreira acadêmica. “Quem fez mestrado já defendeu a Sem ter feito mestrado, o doutorando Fabio dissertação diante de uma banca, então Muffo, de 39 anos, pesquisa desde 2016 o certamente está qualificado para doutorado. Não comportamento do buraco negro Sagitário A*, precisa burocratizar mais uma etapa da vida do localizado no centro da Via Láctea, pelo Instituto sujeito.” de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP.

Abrir mão do mestrado foi a opção para “ganhar tempo”.





Maturação

A bióloga Paula Carvalho, de 33 anos, diz que o novo modelo deve ajudar quem tem certeza da linha de pesquisa que quer seguir, mas pode prejudicar quem pretende mudar de área entre as titulações, como foi o seu caso. Durante o mestrado em microbiologia, ela percebeu que não tinha interesse em trabalhar na área e levou dois anos para descobrir que queria mesmo é trabalhar com saúde pública. “Precisei de um tempo de maturação, dei aula e só depois entendi o que me atraía para a vida acadêmica”, conta. Ela ingressou no doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e, hoje, já está no pós-doutorado.

Na Europa e nos EUA, titulações já são independentes

O novo modelo proposto pela USP segue o formato adotado na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, que dissociaram o título de mestrado para o ingresso no doutorado.

Nos Estados Unidos, são consideradas titulações diferentes e independentes. O aluno pode, ao fim da graduação, já ingressar no doutorado. Também não há um tempo fixo para todos os programas de doutorado, que podem levar de dois a cinco anos.

Modelo semelhante é mantido por 47 países europeus, que são signatários do Tratado de Bolonha. Para o título de mestrado, é preciso cumprir um número mínimo de créditos em um período de três a quatro semestres. Já o doutorado, além da exigência dos créditos, prevê a necessidade de elaboração de tese original e especificamente elaborada para a titulação.

Os dois também são independentes e não há pré-requisito de um para o outro.

Fonte: Estadão



Cinco anos após aprovado, plano de Educação está longe de ser cumprido

"O PNE 2014-2024 estabeleceu 20 metas e 254 estratégias para garantir Educação de qualidade para todos; passados cinco anos, não estamos nem perto de ter percorrido a metade do caminho", afirma Mônica Franco, do Cenpec

Os desafios da Educação são conhecidos de todos. De alguma forma, toda sociedade é impactada pelas ações educacionais, ou a falta delas. Não há uma solução única capaz de superar de forma imediata todos os desafios. E o tempo da Educação nunca é imediato. Para alcançar resultados consistentes e duradouros, além de diretrizes claras, é necessário um conjunto de ações e investimentos articulados e integrados.

O Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 representa as diretrizes, desdobradas em um conjunto de 20 metas e 254 estratégias, que a comunidade educacional e a sociedade consideraram fundamentais para se alcançar a qualidade da Educação, da Educação Infantil até a Pós-graduação. Além das questões relacionadas ao acesso e à permanência nas escolas, elas envolvem a formação e valorização de professores, o financiamento e o atendimento às populações que tiveram seu direito de aprender comprometidos, como jovens e adultos não alfabetizados.

Mas, cinco anos depois da publicação dessa lei, a situação não é nada animadora. Basta olhar para os resultados:

- *O País ainda não conseguiu colocar todas as crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola, e um mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche;*

- *Não foi cumprida a meta de colocar 100% dos jovens de 15 a 17 anos na escola, e de atingir uma taxa de matrícula líquida de 85%;*

- *As metas 15, 16, 17 e 18, que tratam da qualificação, plano de carreira e salário dos professores seguem distantes do ideal;*

- *O desempenho da alfabetização no Ensino Fundamental está estagnado;*

- *Houve retrocesso na oferta do ensino em tempo integral, segundo os dados do último Censo Escolar;*

- *O investimento público em Educação ainda está abaixo do percentual de 10% do PIB, previsto para ser alcançado até 2024, e de 7% do PIB em 2019.*

É verdade que houve também conquistas. Foi cumprida a meta que estabelece que pelo menos 75% dos professores do ensino superior sejam mestres e 35%, doutores. Além disso, avançaram bem a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação. Além disso, a Educação Infantil também teve expansão significativa de vagas em creches e pré-escolas.

Considerando o conjunto dos resultados, no entanto, é possível afirmar que várias metas do PNE estão sob sério risco de não serem alcançadas, caso seja mantido o atual ritmo de crescimento dos indicadores. Na prática, isso se traduziria em imensos prejuízos humanos e econômicos para o Brasil.





Para se ter uma ideia, ainda hoje, cerca de 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens estão fora da escola e parte significativa não aprende o mínimo a quem tem direito.

A crise econômica certamente dificultou o cumprimento do PNE diante da queda de arrecadação. Contudo, não haverá saída duradoura da crise sem investimento adequado em políticas educacionais. O que fazer, então, nos cinco anos que nos restam para atingirmos as metas educacionais que o Brasil quer e precisa e que acordou num esforço amplo entre governo, sociedade civil organizada, sindicatos, pesquisadores e estudantes?

Diante da urgência e do pouco tempo que temos pela frente, a situação exige que o País enfrente de uma vez por todas os gargalos estruturais da Educação e centre energias e recursos em metas estruturantes, com poder de impactar o cumprimento das demais.

Nesse sentido, não há como ter avanços significativos nos resultados educacionais brasileiros sem a ampliação do financiamento, garantindo, ao mesmo tempo, uma melhor redistribuição de recursos entre diferentes regiões e entes federados. É preciso também avançar na gestão e governança da Educação Básica, repactuando atribuições entre os entes federados com a criação de um inédito Sistema Nacional de Educação. Tampouco poderemos garantir que todos os brasileiros aprendam o que têm direito, independentemente de nível socioeconômico, gênero, raça e região em que habita, sem professores com a devida formação em nível superior e com carreiras que valorizem o aprimoramento constante de suas práticas.

Em suma, está na hora de recolocar o que é essencial para o Brasil acima e antes de tudo. Nossas crianças, adolescentes e jovens já não podem esperar!

Fonte: Estadão



Acesso ao ensino promove senso crítico e crescimento econômico

A educação é a variável mais importante para Já na educação, políticas como o Programa uma sociedade se desenvolver: gera justiça Universidade para Todos (Prouni), Financiamento social, crescimento econômico, cuidados com o Estudantil (Fies) e de cotas raciais e sociais são ambiente e senso crítico na hora do voto. consideradas a base para o progresso de inclusão Programas públicos de inclusão, como o Bolsa no ensino superior. O percentual de adultos que Família, são importantes até para levar as concluíram a universidade saltou de 6%, em 1991, crianças à escola. Essas são conclusões de para 17% em 2018. Em 1992, os negros saíram de estudos comparativos de desenvolvimento uma representatividade de 1% nesse contexto, humano, geração e concentração de riqueza entre para 16,3% no ano passado. O que se refletiu em os países da Organização para a Cooperação e uma melhora do índice de Gini, usado para medir a Desenvolvimento Econômico (OCDE), emergentes, desigualdade social, que caiu de 0,60, em 1995, asiáticos e da América Latina feitos pelo para 0,52, em 2014.

professor Naercio Menezes Filho, titular da O nível do aprendizado geral, no entanto, piorou. O Cátedra Ruth Cardoso do Insper e professor que indica que o Brasil está garantindo mais associado da Universidade de São Paulo. acesso ao ensino, porém de baixa qualidade. Basta

"O problema é que a qualidade da educação no avaliar os resultados dos jovens de 15 anos no Brasil é péssima, especialmente nas escolas Programa Internacional de Avaliação de Alunos públicas. E se a educação só melhora para quem (Pisa), de 2015: os brasileiros ficaram atrás não só é rico, essa desigualdade só se acentua", diz dos países desenvolvidos, mas também de seis Menezes. E os números mostram isso: 50% das vizinhos da América Latina - 70% pontuaram pessoas mais pobres na Europa ganham em abaixo do nível 2, considerado como o mínimo. "A média € 14 mil por ano, no Brasil não chegam a € única forma de melhorar isso é criando igualdade 2,5 mil. Já a diferença entre 1% dos brasileiros de oportunidades. Tem que investir na primeira mais ricos e 50% mais pobres é de 102 vezes infância, mesmo antes de entrar na escola, dando enquanto na Europa é de 29 vezes, segundo habilidades vocacional, emocional e cognitiva", diz. dados de 2018.

O caso da cidade de Sobral, no Ceará, mostra que "Isso nos leva a crer que o sucesso depende de essa fórmula de fato funciona. Lá, o Índice de onde você nasceu. É a loteria da vida", diz o Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que professor. Mas os números já foram piores. Em era de 4 em 2005 saltou para 9,1 em 2017, 1990, 25% das crianças de zero a nove anos no passando as redes de ensino de São Paulo e se país eram classificadas como extremamente consolidando como o melhor do país. Como pobres. Em 2017, esse índice caiu para 5% por resultado, os indicadores sociais estão conta de programas como o Bolsa Família, Seguro melhorando e a desigualdade diminuindo.

Desemprego e Benefício de Prestação Continuada (BPC).





Com política de valorização e formação Para o coordenador de pesquisa e continuada dos professores, o foco principal da desenvolvimento da Unesco na Argentina, Nestor cidade foi no desenvolvimento infantil. Lopez, os sistemas educativos da AL, além de não

"É na escola que se aplicam pedagogias de pertencimento e de nação e nós estamos frágeis nesses conceitos" Ana Maria F. Almeida, professora da faculdade de educação da Unicamp

Mas como Sobral é uma das raras iniciativas se as crianças pelo que elas são, mas pelas comparada à média do Brasil, a professora Ana expectativas que eles têm em relação a elas, o que Maria F. Almeida, titular em educação e considera um mecanismo claro de discriminação. desigualdade da faculdade de educação da Um exemplo de iniciativa para evitar isso é o Peru, Unicamp, acha que há um caminho longo a se que está reformulando sua educação secundária. percorrer para conhecer a desigualdade a fundo e "Estão identificando quem são os alunos, em que enfrentar o problema. "Mesmo nos países ricos condições vivem, suas aspirações para depois onde há as melhores notas, há uma constante que pensar na reforma que irão fazer. Isso é educação os compara aos países pobres. O maior ou o pior inclusiva."

resultado da prova acompanha o nível socioeconômico dos alunos".

Para ela, é preciso definir no Brasil o que é a escola, em que lugar de importância está e quem pode participar do processo de ensino. "É na escola que se aplicam pedagogias de pertencimento e de nação e nós estamos frágeis nesses conceitos."

A educadora lembra que na década de 50, quando começou a segunda onda de expansão da universalização das escolas primárias na AL, Chile, Argentina e Uruguai saíram bem na frente de Brasil e Bolívia. "A universalização do ensino no Brasil não é conquista pequena e não pode ser desprezada. Mas os desafios são grandes."

Fonte: Valor



Anima contrata Reynaldo Gama, ex-Cubo Itaú, para liderar HSM

A Anima contratou Reynaldo Gama, executivo que esteve por três anos no Cubo Itaú, para liderar a HSM, braço de negócio da companhia que recentemente fechou parceria para trazer a Singularity University ao Brasil.

Um dos principais projetos de Gama é criar o “learning village”, uma unidade que abrigará a Singularity University, a sede da HSM, área para startups que poderá funcionar nos moldes do Cubo Itaú, escola de programação, espaço para meditação e eventos. A HSM é a responsável pela HSM Expo, evento que reúne executivos de vários setores para discutir as principais tendências do mundo empresarial.

A estimativa é que cerca de 1,5 mil pessoas circulem por dia no novo espaço que terá uma área entre 6 mil e 8 mil metros quadrados em São Paulo. A previsão é que o “learning village” seja inaugurado no próximo ano.

Fonte: Valor

